

ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NAS REGIÕES DE SANTA CATARINA

Sidnei Luiz Niederle
PPGG e NECAT/UFSC – sidln@bol.com.br

Lívia Guilardi
PPGG e NECAT/UFSC – lguilardi@yahoo.com.br

Área temática 8: Economia regional e urbana.

RESUMO

Já é conhecido e largamente aceito que o desenvolvimento não se apresenta da mesma forma em todos os lugares. Para além do conhecido processo de desenvolvimento socioeconômico e espacial desigual entre as nações, regiões sub nacionais ou entre os lugares, o que sobressai é a diversidade do mundo, mesmo em tempos que muitos padrões (consumo, elementos da cultura, etc) se aproximam, se misturam e mesmo se unificam. O que é proposto no presente artigo é apresentar uma síntese do processo de formação social, econômica e espacial do estado de Santa Catarina, aliado à realidade da primeira década do século XXI. Para tanto, recorre-se à revisão da literatura sobre a formação do estado e do desenvolvimento catarinense, além de se verificar a partir da análise de um conjunto de dados secundários o que há de mais relevante quanto às diferenças entre as principais regiões do estado. Dentre as principais conclusões que se pode extrair deste texto, destaque para a manutenção, na primeira década do século XXI da tendência de concentração populacional e força econômica em poucas regiões e, nestas, em um grupo seletivo de municípios, marcadamente polos regionais. Também se mantêm presentes importantes diferenças regionais, relacionadas à especializações econômicas historicamente construídas, bem como diferentes condições sociais. Embora não se negue as especificidades do processo de desenvolvimento catarinense, ressalta-se que não é possível compreender a realidade da socioeconomia do estado de forma descolada de um contexto mais amplo, o da economia brasileira e mesmo do contexto internacional ao longo da história e, sobretudo na atualidade. Com estas reflexões o artigo se apresenta como contribuição para o debate sobre a realidade socioeconômica de Santa Catarina.

Palavras chave: Diferenças regionais; Desenvolvimento; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Já é conhecido e largamente aceito que sob o desenvolvimento não se apresenta da mesma forma em todos os lugares. Desta forma, para além do conhecido processo de desenvolvimento socioeconômico e espacial desigual entre as nações, regiões sub nacionais ou entre os lugares, o que sobressai é a diversidade do mundo, mesmo em tempos que muitos padrões (consumo, elementos da cultura, etc) se aproximam, se misturam e mesmo se unificam, ou seja, pode-se compreender o mundo como um todo, povoado pela pluralidade (MOREIRA, 2009).

No século XIX o Brasil ainda caminhava no rumo da sua consolidação enquanto Estado Nação, o que pode ser sintetizado em eventos como a independência política em relação à metrópole, a abolição da escravidão e a proclamação da república. Santa Catarina era, até meados daquele século, em parte um território de passagem para as tropas de mulas e gado que eram levados dos campos gaúchos até São Paulo e Minas Gerais, com vistas a atender a demanda de animais de carga e carne; e abrigava pequenos povoados instalados de forma dirigida pelo Estado, inicialmente com propósitos de proteger o território frente ameaças externas, especialmente nas áreas litorâneas e proximidades.

O ciclo econômico da mineração do ouro, que se desenvolveu nas Minas Gerais, abriu mercado para os animais criados no Rio Grande do Sul e no Planalto catarinense. Em seguida as necessidades de transporte ligadas à produção de café e o florescimento de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo garantiram a continuidade dos deslocamentos de animais – e o charque em lombo de mula por ainda algum tempo. As áreas de matas e os vales litorâneos foram sendo ocupados por imigrantes de origem alemã e italiana, a partir do final do século XIX. O que se seguiu levou ao fortalecimento de um sistema econômico e societal que deixaria marcas profundas na economia e na cultura de Santa Catarina.

Estes elementos, ligados à ocupação do espaço pelo processo de colonização, as transformações engendradas pela dinâmica econômica nacional e a forma de organização da sociedade ao longo do tempo, permitem identificar as especificidades da organização socioespacial catarinense, e mesmo lançar luz sobre a realidade em escalas territoriais menores, como uma região específica do estado ou um município.

O presente texto apresenta informações que objetivam sintetizar o processo histórico que culminou na realidade socioeconômica recente do estado de Santa Catarina, trazendo elementos da formação social e econômica, que em linhas gerais permitem identificar a

evolução das relações do homem com o meio nas diferentes regiões do estado e as diferenciações sociais e espaciais que se formaram. A partir desta parte inicial se avança para a análise de alguns indicadores que permitam verificar, de forma geral (num voo panorâmico!) como a dinâmica socioeconômica das regiões se apresenta na primeira década do século XXI.

1- MATERIAIS E MÉTODOS

a – Elementos da formação social e econômica

A próxima seção do artigo se propõe a apresentar uma visão o mais sintética possível sobre a organização econômica e social do estado e também nas diferentes regiões catarinenses. Este exercício se apoiou na revisão da literatura sobre a história e a evolução econômica do estado, destaque para as reflexões apresentadas por Alcides Goularti Filho, ao tratar da formação econômica de Santa Catarina, Nazareno José de Campos, especialmente no caso da formação do litoral, e os Professores Ivo Theis e Lauro Mattei, quando tratam do desenvolvimento socioeconômico catarinense.

b – As escalas.

Como já assinalado, objetiva-se identificar elementos de diferenciação social e espacial no estado de Santa Catarina, o que se fez à escala mesorregional e no caso das diferenciações intrarregionais desce à escala microrregional, na maior parte dos dados. É importante reconhecer que um estudo mais completo partiria da escala municipal e certamente demandaria que se reunisse um maior número de variáveis, o que não será feito aqui principalmente pela natureza do artigo.

No caso da escala, ainda, trabalha-se, portanto, com porções do espaço delimitadas administrativamente pelo IBGE. Neste sentido, o trabalho se dará sobre “territórios dados” (PECQUEUR, 2005), ou seja, uma porção do espaço delimitada administrativamente e que é objeto de observação. A delimitação do IBGE é largamente utilizada e permite identificar diferenças e avançar na análise local.

c – O anexo de dados.

Num esforço de aproximar os elementos da gênese da organização econômica e social do contexto recente das diferenças sociais e espaciais no estado de Santa Catarina, organizou-se um anexo estatístico que será analisado em seção subsequente. Optou-se por analisar as seguintes variáveis:

1 – Dinâmica populacional recente. Apresentam-se dados da densidade demográfica e grau de urbanização à escala mesorregional e dados da distribuição da população regionalmente, população total e por condição de domicílio;

2 – População com Idade Ativa ocupada. Neste caso, também com distribuição regional, apresenta-se informações que permitem identificar condições gerais da força de trabalho no estado;

3 – O índice Firjan¹ de Desenvolvimento Municipal – IFDM-FIRJAN. Optou-se por apresentar um índice de desenvolvimento pela sua capacidade de síntese, já que para a sua formação são reunidos diferentes conjuntos de dados. Calculado anualmente, o IFDM-FIRJAN permite observar a evolução de elementos básicos que compõe o desenvolvimento humano. O índice é calculado ponderando-se dados de emprego e renda, educação e saúde.

O IFDM – Emprego e Renda é calculado a partir dos dados sobre mercado de trabalho formal, considerando: 1) a geração de emprego formal; 2) o estoque de emprego formal e; 3) salários médios do emprego formal. Já o IFDM educação é obtido a partir da interação das seguintes variáveis: Taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono; taxa de distorção idade-série; percentual de docentes com ensino superior; média de horas aula diárias e; resultado do IDEB. Por fim, o IFDM saúde é obtido pelas variáveis: número de consultas pré-natal; óbitos por causas mal definidas e; óbitos infantis por causas evitáveis (NIEDERLE; MATTEI, 2012).

Como o IDH (índice de desenvolvimento humano), calculado pelo PNUD utiliza dados do Censo Demográfico, o órgão divulgou até o presente momento apenas o agregado para cada país, não estando disponíveis os resultados para outros níveis territoriais, sendo o ano 2000 o mais recente disponível. Uma diferença importante entre o IFDM e o IDH que merece atenção é a componente da renda utilizada para a composição do índice. Enquanto para o primeiro a fonte das informações apoia-se no mercado formal de trabalho, apenas, o IDH usa como medida da renda o poder de compra da população. Para muitos dos municípios do estado, a renda não provém, necessariamente do trabalho formal, especialmente nos casos em que as atividades econômicas são mais focadas no espaço rural, o que poderia ser um limite do IFDM.

A forma como são apresentados os dados no presente artigo é a seguinte, para o ano de 2009: a) o IFDM de SC; b) a mediana das meso e microrregiões (número que representa o valor central para os municípios que compõe cada escala territorial); c) o maior índice

¹ FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

observado entre os municípios que compõe cada escala e; d) o menor índice. Por fim também apresentamos uma tabela com um ranking dos dez primeiros e últimos colocados no estado.

2 - ELEMENTOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA

O que ocorreu ao longo do tempo no estado de Santa Catarina não deve ser interpretado de forma descolada do processo mais amplo, que engloba o desenvolvimento da história no Brasil e no mundo. O que ocorreu a partir do século XIX merecerá no presente artigo mais atenção. Depois de três séculos de relativa “calmaria” colonial, as coisas também se modificaram mais rapidamente no Brasil. Cabe destacar três momentos importantes ao longo daquele século XIX, para a formação do Brasil e que tiveram reflexos diretos no território catarinense. O primeiro é a independência, que marca o fechamento de um período de submissão colonial direta e que diferentemente do que ocorreu na maioria das outras colônias da região não se deu pela via de um conflito, luta pela independência. Isto indica que a independência foi antes resultado de um processo, a uma ruptura. Processo de liberalização econômica ou reestruturação, que ganhou força com a abertura dos portos em 1808, proporcionando maior integração do país com o mundo, sem, portanto, a intermediação direta da metrópole, mas que estendeu por ainda muito tempo depois da independência a forma colonial de organização da economia.

O segundo elemento foi o esforço no sentido de manter a unidade nacional e abafar conflitos regionais que questionavam a estrutura de poder e reagiam a uma conjuntura de crise criada pela desarticulação da mineração do ouro e dificuldades da indústria açucareira. Neste sentido, este foi um período de acomodação das forças produtivas nacionais, menos favorável para setores como a mineração, que se desestruturava e o açúcar, que enfrentava maior concorrência externa, baixa de preços e mudanças na configuração técnica da produção. Durante a primeira metade daquele século, o capital e a mão de obra ociosa migraram para a produção do café e produção de subsistência. No curso desta acomodação, os conflitos seriam inevitáveis (FURTADO, 1999).

Nas décadas que se seguiram à independência, portanto, acelerou-se o processo de interiorização da economia brasileira (SANTOS & SILVEIRA, 2008), principalmente apoiada

na expansão da produção de café², que despontaria no final daquele século como o principal produto exportável brasileiro. Outra característica deste período é que se iniciava a transição para o trabalho assalariado e o fim da escravidão (FURTADO, 1999). Mas esta transição não se fez de modo a modificar as estruturas de poder e a forma geral de organização da sociedade, senão buscaram-se maneiras para que as classes dirigentes se mantivessem as mesmas. A Lei de Terras de 1850 foi um dos instrumentos desta preparação para o novo momento, em que se libertariam os escravos sem que estes pudessem acessar livremente as terras, privatizadas e, portanto somente acessíveis a quem pudesse comprar.

A Lei de Terras, que tratava de terras devolutas e sua aquisição, estabelecia, já em seu artigo 1º, que “fícao proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Foi esta a principal questão que dificultou sobremaneira um elevado número de produtores (inclui-se aí o imigrante) em sua tentativa de acesso à terra.

Mas as posses que se achavam cultivadas, ou aquelas “adquiridas por ocupação primária”, desde que também cultivadas ou em princípios de cultivo, foram legitimadas (art. 5º da Lei de Terras). No entanto, para tal, o possuidor deveria proceder à medição e demarcação no prazo e forma estabelecidos pelo governo. Isto implicava gastos, não compatíveis com os recursos de muitos, o que propiciava a expansão da grande propriedade. Àqueles que conseguiram se enquadrar dentro do estabelecido pela Lei, era ainda concedida a possibilidade de aumentar sua área, conforme percebido em seu artigo 5º, parágrafo 1º (CAMPOS, 2011, p:255).

A terceira marca daquele século no Brasil é a imigração massiva (para compreendê-la também é importante ter em mente a Lei de Terras), fruto da política deliberada do governo Imperial no último quartel do século para prover braços para a cultura do café em expansão, mas que também promoveu a expansão da povoação na parte meridional do país (GOULARTI FILHO, 2002).

Além disso, ocorreu a proclamação da República, que também não se daria sem conflitos, já que regionalmente havia descontentamentos. A Revolta Federalista, como ficou conhecido o levante que partiu do Rio Grande do Sul na última década daquele século, é um exemplo importante. Muitos dos derrotados nestes conflitos buscaram refúgio em terras da Serra e na região oeste catarinense, engrossando o contingente dos primeiros habitantes do interior do estado (MACHADO, 2001). Depois de considerados estes elementos mais gerais, aproximaremos a análise das diferentes regiões de Santa Catarina, o que antecede a apresentação de dados atuais.

² A economia brasileira estava organizada em sistemas praticamente autônomos de produção voltados para o exterior, formando, nas palavras de Celso Furtado (1999) uma constelação de sistemas. Alguns se articulavam entre si, como foi o caso da pecuária sulina e a mineração do ouro. Outros permaneceram por muito tempo isolados, como as vastas áreas de produção mais voltada à subsistência.

2.1 - O litoral e a mesorregião Grande Florianópolis

O processo de ocupação da região litorânea de Santa Catarina se intensificou a partir da chegada, na metade do século XVIII, dos imigrantes provenientes do Arquipélago de Açores e Ilha da Madeira. O propósito do Império ao promover a ocupação desta parte do Brasil colônia era o de expansão e defesa do território (CAMPOS, 2009), desse modo o colono cumpre dupla função, a de colono e soldado, conforme referido em Waibel (1949) e Campos (2009). Tratando das características da gênese da organização socioespacial do litoral catarinense, Campos (2001) os seguintes elementos deste processo:

Os principais destinos dos colonos de origem açoriana em Santa Catarina foi o litoral, com destaque para Florianópolis (então Desterro) e no Sul Laguna, que já contavam com instalações anteriores.

A pequena produção familiar dos colonos estruturava-se na produção de alimentos, situando-se ao longo da costa os pescadores e no interior os agricultores, com destaque para a produção de farinha de mandioca, com o excedente destinado à exportação, “além da produção de pescados, algodão, óleo de baleia, melado, aguardente, feijão, milho, arroz, etc” (CAMPOS, 2001, p.26).

Podemos destacar como entraves à expansão a dinamização da economia do Litoral os seguintes fatores: constantes requisições de soldados e de alimentos aos pequenos produtores, onde a primeira reduzia a produtividade pela queda do emprego de força de trabalho na produção e a segunda, por estancar as possibilidades de comercialização dos alimentos, sobretudo por ter remuneração inconstante; a divisão das terras entre os herdeiros (regime de sucessão de terras), limitava a expansão da produção entre os agricultores; a estrutura oligárquica do comércio de farinha de mandioca, que manipulava a favor dos comerciantes a aquisição do alimento; o comportamento aristocrático da classe de comerciantes de então; e o sistema produtivo adotado, que desgastava o solo.

A decadência dos colonos açorianos não impediu que Florianópolis se firmasse, nas primeiras décadas do século XX como um importante centro comercial. A partir da metade daquele século o planejamento econômico e o fortalecimento do aparelho Estatal se fez sentir particularmente na capital catarinense e novas possibilidades ligadas ao setor de serviços começaram, lentamente, a imprimir novo dinamismo à esta região. O turismo se firmou, por todo o litoral, como um importante gerador de emprego e renda já nas últimas décadas do século XX, além de se localizar em Florianópolis um dos principais polos tecnológicos

(tecnologia da informação) do estado. A característica concentrada desses serviços levou a situações desiguais, com Florianópolis e adjacências chegando ao século XXI em condições diferenciadas de outros municípios da mesma mesorregião.

Enquanto a microrregião de Florianópolis se caracteriza pelo maior adensamento populacional e presença de centros urbanos importantes, as microrregiões mais afastadas da capital são formadas por cidades de pequeno porte na maior parte com a economia apoiada no setor agrícola.

2.2 - A mesorregião Serrana

Também de colonização antiga, o Planalto serrano teve aumentada sua importância econômica durante o ciclo da mineração do ouro no Brasil, quando esta região central do estado se transformou em produtora de animais e alimentos e território de passagem para as tropas de gado e muares oriundos dos campos gaúchos, com finalidade de abastecer os mercados da região sudeste do Brasil. A principal cidade desta mesorregião é Lages e o “tropicismo” deixou marcas profundas na economia e na cultura regionais. As atividades econômicas ligadas à pecuária atravessaram o tempo. O padrão de ocupação seguiu uma lógica de elevada concentração fundiária, com a existência de grandes fazendas, e uma estrutura social e política concentrada pelos grandes proprietários de terra.

Esses elementos ligados à formação social e econômica do Planalto Serrano de Santa Catarina são fundamentais para explicar a baixa densidade demográfica dessa região e de se localizarem na Serra os municípios com menor nível de desenvolvimento humano do estado, como veremos mais à frente.

O setor de papel e celulose ganhou força na região a partir da década de 80 do século XX e está instalado na região um importante complexo industrial ligado a estes dois setores (GOULARTI FILHO, 2002). Outro setor que começa a se destacar é o turismo, mas com gênese em décadas mais recentes. Parte dos municípios, exemplo de São Joaquim compõe o complexo agroindustrial de maçã, e outras frutas de clima temperado, que conquistou importância econômica também nas últimas décadas do século XX. Já as vastas áreas planas em municípios como Campos Novos e Curitiba vêm se destacando, recentemente, na produção de cereais em sistemas de produção altamente tecnificados e em grandes extensões de terra.

A característica que perpassa o tempo nesta mesorregião é a hegemonia de um sistema de apropriação do espaço apoiado na grande concentração fundiária, inicialmente sustentáculo da atividade pecuária, mas que hoje caracteriza o complexo madeireiro. Entre o esgotamento dos estoques de araucárias, no início do século XX e a instalação do *pinus eliotis* por florestamento, a região amargou a estagnação econômica que ajuda a explicar a realidade regional da atualidade. A indústria da madeira na região empregava, em 2010 38 mil trabalhadores e na de papel e celulose este contingente era de 18 mil trabalhadores no mesmo ano. Somados, estes setores foram responsáveis por aproximadamente 8% do valor da transformação industrial catarinense naquele ano (FIESC, 2012).

2.3 - Mesorregião Norte Catarinense

Esta mesorregião apresenta na sua fração nordeste o mais importante parque industrial do estado. O intenso processo colonizador se iniciou em 1849, com a fundação da colônia Dona Francisca (ligação entre a área de Joinville e o Planalto Norte), que tinha Joinville por sede (WAIBEL, 1949). A articulação desta nova colônia com o Planalto e o fácil acesso ao mar, proporcionado pela proximidade com São Francisco do Sul, ajudam a explicar o sucesso econômico regional (GOULARTI FILHO, 2010), já que estava no planalto um dos principais produtos comercializáveis de Santa Catarina no final do século XIX, a erva-mate.

A construção da estrada e a linha férrea na segunda década do século XX consolidaram essa ligação e permitiram a Joinville drenar a produção mercantil dos planaltos catarinense e paranaense (WAIBEL, 1949; GOULARTI FILHO, 2010). Além disso, ao longo da estrada foram fundados novos núcleos coloniais, como é o caso de São Bento, Campo Alegre e Rio Negrinho, objetivados pela empresa colonizadora que tinha na colonização um importante negócio. O constante fluxo na estrada Dona Francisca e no porto de São Francisco impulsionou a instalação de ferrarias, selarias e tornearias. Diversificou-se a economia regional, fazendo nascer em Joinville o mais importante parque industrial de Santa Catarina.

As indústrias da metalurgia empregavam em 2010, nos municípios do nordeste catarinense – microrregião de Joinville – 54 mil trabalhadores; a indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos davam ocupação a outros cerca de 30 mil trabalhadores em condições formais de ocupação; já as empresas ligadas à produção de máquinas e equipamentos ocupavam 37 mil pessoas no mesmo ano; por fim, a indústria de autopeças e veículos automotores empregava 13 mil trabalhadores em 2010. Juntos estes quatro

segmentos da indústria eram responsáveis no final desta década por em torno de 21% do valor da transformação industrial de Santa Catarina – dado de 2010 (FIESC, 2012).

Já a fração desta mesorregião localizada no planalto norte catarinense se destaca no âmbito da economia pela presença de forte setor mobiliário. Por outro lado é nesta microrregião, nos municípios de Canoinhas, Mafra e Porto União, que se expressam as piores condições de vida da mesorregião norte, o que certamente encontra explicação na história regional, palco de avassaladora exploração dos recursos naturais – madeira – e do conflito do Contestado no início do século XX (GOULATRI FILHO, 2011).

2.4 - O Vale do Itajaí

É nesta mesorregião que se localizam municípios que atualmente apresentam os melhores índices de desenvolvimento humano de Santa Catarina. Em meados do século XIX as principais colônias desta região começavam a ser instaladas, recebendo imigrantes europeus, sobretudo de origem alemã, com um modelo de colonização baseado na pequena propriedade. Entre os colonos havia a presença de diferentes capacidades produtivas, o que possibilitou a constituição desde muito cedo, de núcleos populacionais mais complexos e a implantação de atividades manufatureiras de suporte às atividades agrárias (uma colonização com a presença de especialização produtiva e diferenciação de produto). O Rio Itajaí e seus afluentes facilitaram o avanço no território e em seguida serviu de canal facilitador para o escoamento da produção local. No litoral se instalou o porto, na cidade de Itajaí, hoje um dos principais do Brasil.

As atividades ligadas ao setor têxtil e de vestuário exercem papel de comando na acumulação de capital da região. As empresas ligadas a este segmento da indústria eram mais de 9 mil em 2010 e empregavam 173 mil trabalhadores em condições formais, no mesmo ano (FIESC, 2012). A estrutura econômica regional, porém, é bem diversificada, com atividades ligadas a segmentos da indústria alimentar, agropecuária e dos serviços. Em Blumenau se localiza um dos principais polos de desenvolvimento de softwares de Santa Catarina. As indústrias de bebida e de cristais têm sido vistas como promissoras. Além disso, em 2010 existiam 53 empresas ligadas à indústria naval no litoral desta mesorregião, setor que vem contando com forte apoio do Estado na última década (FIESC, 2012).

A distribuição das empresas e dos frutos do desenvolvimento alcançados até agora não ocorre de maneira homogênea. Como veremos mais adiante, há relativa concentração das

atividades econômicas e da população na faixa mais litorânea da mesorregião e em poucos municípios, indicando desigualdades intrarregionais significativas e, como sugerido por Theis (2011), embora a distribuição de renda em Santa Catarina seja uma das mais equitativas do país, não se deve desconsiderar o fato de que persistem problemas sociais e ecológicos graves, andando ao lado de um aparente sucesso econômico.

2.5 - Sul catarinense

No Sul catarinense, o avanço da colonização não açoriana também se deu somente a partir do final do século XIX, sobretudo com a entrada de italianos. Ao chegarem os imigrantes Italianos, já existiam as localidades de Laguna (fundada em 1682), Tubarão (1836), Araranguá (1848) e Jaguaruna (1867), todas de colonização açoriana, com a sua economia pautada em atividades agrícolas e pesqueiras, principalmente para a subsistência (GOULARTI FILHO, 2002).

A região começa a alcançar maior importância econômica depois de década de 1880, quando se inicia a exploração do carvão e a construção da ferrovia. Esta menção é importante, pois esta região de Santa Catarina tem na mineração do carvão uma atividade dinamizadora da economia local/regional até um período bem recente. Entender, portanto, a economia do carvão no sul catarinense é fundamental para se compreender o processo de organização social e econômica da região. Isso se afirma, embora ao longo do tempo tenha ocorrido um processo de diversificação econômica que a primeira vista pode não guardar muita relação com a extração do minério.

Sempre foi expressiva a presença da agricultura familiar na região e especialmente em décadas recentes se desenvolveu o que é hoje um dos principais complexos de produção de arroz do sul do Brasil. Na safra 2008/2009 a mesorregião sul catarinense foi responsável por mais de 60% do arroz produzido em Santa Catarina, 1.034,2 mil toneladas, segundo informações da Epagri/Cepa (2011).

O setor carbonífero foi bastante impulsionado durante o processo de implantação da indústria pesada no Brasil, que se deu a partir da década de 1930. No final do século XX este setor, como muitos outros tradicionais em Santa Catarina, foi diretamente afetado pelas políticas de privatização e pelo processo de reestruturação econômica a que o Brasil foi exposto. Nesta perspectiva é que outras atividades se fortaleceram, enquanto o carvão perdeu

espaço na região. Em 2010, a indústria de cerâmica e de produtos plásticos empregavam cerca de 60 mil trabalhadores.

2.6 - O grande Oeste (mesorregião Oeste Catarinense)

A partir do final do século XIX se acelera um processo de mercantilização em que esta região estava sendo inserida no processo de avanço da fronteira agrícola e valorização capitalista, movimento que abrangia também outras áreas no interior do Brasil. Ela mesma estava se transformando na fronteira para o contingente populacional que sobrava nas colônias velhas do Rio Grande do Sul – também do litoral e Vale do Itajaí, em Santa Catarina - e que já não encontravam alternativas de reprodução social nas terras de fertilidade esgotada e cada vez mais fracionadas das áreas de mata daquele estado (WAIBEL, 1949).

Era uma colonização feita a partir da privatização das terras, movimento parecido ao que já havia promovido a ocupação de outras áreas no estado, ou seja, a ocupação de terras livres ou de uso comum dá lugar à ocupação via compra e consequente expropriação dos moradores posseiros, os caboclos ou os índios (CAMPOS, 2011).

A propriedade privada da terra, portanto, implicou mudanças radicais no modo de vida da população local, que passou a ser tratada como invasora. O caboclo, morador daquelas terras, sofria cada vez mais pressão externa. Foram gradativamente expropriados das terras por onde passaria a ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul na primeira década do século XX, na margem esquerda do Rio do Peixe. Por toda a região, rumo a oeste, esta expropriação foi se dando com as terras concedidas pelo Estado a empresas colonizadoras, que atendiam às frentes pioneiras de colonização. As terras eram parceladas e revendidas aos colonos das colônias velhas do Rio Grande do Sul e das primeiras colônias catarinenses (WAIBEL, 1949).

Mior (2003) destaca que a agroindústria foi uma das principais transformadoras do espaço em todo o oeste catarinense. A partir dos anos de 1970, ainda segundo Mior (2003) ocorreu uma inflexão em favor de um modelo, ou no tratamento de Goularti Filho (2002) de um padrão de acumulação que privilegia a agroindústria e subordina cada vez mais os agricultores. Como já identificado por Mattei (1998), Norder (2004), Wanderley (2009), dentre outros, o processo de modernização da agricultura brasileira se apoiou fortemente nos incentivos Estatais, em que o crédito era uma das principais ferramentas e se deu de forma

seletiva, beneficiando atores mais capitalizados, alguns poucos produtos e o pacote tecnológico da “Revolução Verde”³.

Para Mior (2003), nas décadas seguintes, anos de 1980⁴ e 1990, o que se percebe no oeste catarinense, é uma conjuntura de crise regional. Aumenta a exclusão e elevado contingente de agricultores não consegue mais se manter como produtores de animais para as agroindústrias, já que muitos não conseguiriam garantir a padronização e a escala mínima exigida por elas.

Para fazer frente ao processo de globalização e abertura comercial que se intensificou na década de 1990, a estratégia do setor agroindustrial foi de reestruturação da sua forma de atuação e de se relacionar com os produtores e mais recentemente a fusão ou desnacionalização. O que Mior (2003) chama de crise regional é a

resultante de mudanças técnicas e organizacionais introduzidas pela agroindústria convencional dominante, como a intensificação da suinocultura especializada, sobretudo nos últimos 15 anos. Essa mudança leva à intensificação da escala e, por conseguinte, à concentração da produção e, seu par, a exclusão e crise de parte significativa da agricultura familiar do sistema de integração (MIOR, 2003, p.78).

É neste contexto que se fortaleceram os sindicatos rurais e outras organizações de agricultores, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), bastante expressivo neste território. Este movimento de busca de alternativas pode estar levando os agricultores familiares a conquistar maior autonomia frente às agroindústrias (DORIGON et. al, 2011). Os movimentos sociais, que até a década de 1990 demandavam o Estado e faziam um enfrentamento mais direto à agroindústria passaram a pautar suas estratégias na busca de alternativas (MIOR, 2003), em muitos casos construindo suas próprias agroindústrias, suas cooperativas, suas associações de produtores, bem como se tornaram atores com voz na formulação de políticas públicas que passam a beneficiar este segmento. De modo geral, esta

³ Os sistemas produtivos agrícolas mundiais sofreram um processo de homogeneização, sobretudo no período pós-segunda guerra. Este processo se deu assentado no modelo produtivo norte-americano, a que chamamos revolução verde, em que foi privilegiado, em seu pacote tecnológico, o uso acentuado de maquinaria agrícola, de sementes melhoradas, adubos químicos e agrotóxicos (Mattei, 1998). A tecnologia disponível, porém, não é adequada à produção de todos os produtos da cesta de consumo dos brasileiros. O pacote tecnológico da revolução verde é altamente eficiente na produção de cereais, principalmente soja e milho, sendo menos viáveis ao cultivo de produtos como mandioca, por exemplo, dentre outras culturas.

⁴ “No oeste, a continuidade do crescimento foi garantida pela forte expansão dos cinco grandes frigoríficos, tanto em nível nacional como estadual. A despeito de toda a crise, o setor de alimentos manteve-se em ritmo constante de crescimento. As exportações de carnes, que iniciaram na segunda metade dos anos 70, passaram a ser responsáveis por mais de 13,0% das exportações catarinenses no final dos anos 80 (SED-SC). O número de integrados na suinocultura começou a reduzir-se drasticamente somente no início dos anos 90. Em termos de diversificação, somente Joaçaba conseguiu sair da dependência exclusiva do complexo agroindustrial de carne, com o desenvolvimento de um setor metalúrgico de abrangência regional, voltado para o setor agrícola, que se originou nos anos 40 e foi lentamente se modernizando” (GOULARTI FILHO, 2002, p:998).

mesorregião apresenta forte presença da indústria alimentar, com cerca de 3.500 empresas empregando pouco menos de 100 mil trabalhadores em 2010, respondendo por 16% do valor da transformação industrial do estado e 46% das exportações catarinenses naquele mesmo ano (FIESC, 2012).

3 - SANTA CATARINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

3.1 - Dinâmica populacional

Santa Catarina apresenta desenvolvimento desigual, como já demonstrado e parece caminhar no sentido de acentuar muitos elementos visíveis deste processo. Isto pode ser melhor entendido a partir dos dados apresentados para o início do século XXI. Como é possível verificar no Anexo 1, a mesorregião mais densamente povoada, findada a primeira década do século XXI, é a Grande Florianópolis com 135 habitantes por Km² (hab/km²). Em 2000 esta proporção era de 109 hab/km². Movimento similar, de acelerado adensamento na última década se observa na mesorregião Vale do Itajaí, que passou de 90 para 115 hab/km², com destaque para a faixa mais litorânea, como é possível visualizar na figura 1 (Anexo 1.1). Numa condição intermediária encontram-se as mesorregiões norte e sul, onde o aumento da densidade populacional se deu da seguinte forma: Norte passou de 64 em 2000 para 76 hab/km² em 2010, com a microrregião de Canoinhas apresentando menor adensamento; no Sul foi de 85 para 95 hab/km² na década, com a microrregião de Criciúma sendo a de maior densidade. Já para as mesorregiões Serrana e Oeste as mudanças foram mais lentas ou não ocorreram. No ano de 2000 o Oeste apresentava densidade de 41, passando para 44 hab/km² em 2010, com a microrregião de Chapecó sendo a que apresenta maior densidade, contra as microrregiões de Xanxerê e Joaçaba, onde a relação habitantes por km² foi menor. Na mesorregião Serrana este número se manteve em 18, nos dois anos observados.

Com relação aos níveis de urbanização, a Grande Florianópolis apresenta-se como a mais urbanizada no final da década. O Vale e o Norte se aproximam de Florianópolis com 87% da população vivendo em áreas urbanas. Um traço comum a estas três mesorregiões é o pouco aumento da proporção da população urbana, o que pode indicar uma relativa estabilidade na condição domiciliar (fim do êxodo rural?), cuja explicação pode ser buscada no processo de modernização do campo e de novos usos destes espaços, visados por novas

atividades econômicas e por “amenidades” que se valorizam em tempos recentes (WANDERLEY, 2009).

As mesorregiões Oeste e Sul por sua vez apresentaram na década um acelerado processo de urbanização. No Sul era 78,7% da população nas cidades em 2000, proporção que em 2010 chegou a 84%. O Oeste continua sendo a região mais rural de Santa Catarina, com 28% da população habitando o espaço rural. Esta proporção, porém, é cerca de 10% menor que dez anos antes. Na serra, 17% da população habitava o campo em 2010.

Quanto a distribuição da população catarinense nas mesorregiões (Anexo 2), observa-se que 59% da população residente localiza-se em apenas três mesorregiões: Grande Florianópolis (16%), Norte (19%) e Vale do Itajaí (24%). Estas também são as áreas onde o crescimento populacional se deu de forma mais acelerada no período. Na Grande Florianópolis a população variou positivamente em 23,8% na década, a uma taxa de crescimento anual da ordem de 2,1%; no Norte, este crescimento foi de 1,7% ao ano na década, acumulando variação absoluta de 18%; enquanto no Vale este aumento foi ainda maior, significando incremento populacional de 27,2% na década, a uma variação média de 2,4% ao ano.

Na mesorregião Serrana observou-se um incremento de 1,5% na população durante o período. O pouco incremento populacional significou a redução de 7% para 6% na participação desta mesorregional no total da população catarinense. Já para o Oeste, onde o contingente populacional representava, em 2010, 19% do total do estado a variação no período foi de 7,5% a uma taxa de crescimento de 0,7% ao ano. O Sul, por sua vez, aparece numa condição intermediária, com a população variando a uma taxa de 1,2% ao ano, com uma população em 2010, 12,4% maior que a de 2000.

Para o conjunto do estado de Santa Catarina a redução no contingente populacional que reside no campo foi da ordem de 12% entre os dois Censos Demográficos observados. A mudança está se dando de forma mais acentuada na mesorregião Sul Catarinense, onde a população rural sofreu redução absoluta de 19,8% em dez anos. No Oeste esta proporção foi de 17,9% e na Serra 16,2%. Mais uma vez se destaca a relativa estabilização na distribuição espacial da população (entre urbana e rural) nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Norte e Vale o Itajaí.

3.2 - Localização da força de trabalho: aspectos gerais do mercado de trabalho.

Para além da dinâmica populacional, aspectos relacionados à força de trabalho e suas estratégias de reprodução, as condições de ocupação e estrutura do mercado de trabalho também se apresentam de maneira diferente nas diferentes regiões do estado e mesmo dentro de uma mesma região. Em estudo coletivo publicado no início de 2012 (MATTEI et al, 2012), identificou-se algumas tendências gerais do funcionamento do mercado de trabalho em Santa Catarina na primeira década do século XXI, dentre as quais destacam-se: a permanência do crescimento da participação feminina neste mercado; a redução relativa do emprego industrial; o aumento relativo e absoluto dos postos formais de trabalho; a tendência de concentração dos postos formais de trabalho em faixas de rendimento de até três salários mínimos e; a permanência de distribuição da força de trabalho em setores econômicos que historicamente são mais presentes nas diferentes regiões, como a agropecuária no Oeste, o emprego na indústria no Norte e nos serviços em Florianópolis.

Para uma síntese das condições de ocupação e das categorias do emprego, estão reunidas no Anexo 3 informações das escalas meso e microrregional para o ano de 2010. A concentração populacional é mais expressiva em três mesorregiões, o que salta aos olhos nos dados da força de trabalho é que em apenas três microrregiões – Florianópolis, Joinville e Blumenau - estavam concentradas 39% dos trabalhadores ocupados em 2010. Se agregarmos uma quarta microrregião, Itajaí, esta proporção alcança os 48% da População em Idade Ativa (PIA) ocupada no estado.

Entre as mesorregiões é possível identificar diferenças na condição de ocupação dos trabalhadores. No Oeste, 62% da PIA é formada por empregados e destes 74% tem carteira de trabalho assinada, 6,7% são funcionários públicos ou militares e 19,2% são empregados informais (sem carteira). A condição de empregado denota tradicionalmente uma condição de ocupação mais segura e indica uma situação de mercado de trabalho mais bem estruturado. Mas é nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Norte e Vale que esta situação se apresenta de forma mais efetiva, com a categoria “empregados” representando 74%, 74,1% e 71,7% respectivamente, da PIA ocupada nestas regiões. Ainda nestas mesorregiões observa-se, para o ano de 2010 que os níveis de formalização são superiores, com os trabalhadores informais não superando 15% os empregados.

É importante destacar, porém, que existem diferenças importantes na forma de distribuição da força de trabalho entre as microrregiões, denotando desigualdades intrarregionais importantes. Destaquemos alguns aspectos: no Oeste catarinense destaca-se a maior presença da PIA ocupada na condição de empregados na microrregião de Joaçaba, com

71% da PIA, contra 62% do total da mesorregião. É importante lembrar que é em Joaçaba, município que dá nome à microrregional, que se localiza importante parque industrial e centro de serviços regionais. Em São Miguel do Oeste os empregados são apenas 51%. Por outro lado, nesta microrregião que ladeia a fronteira do Brasil com a Argentina, 33% da PIA se ocupa em trabalhos por conta própria.

Na mesorregião Serrana, destaca-se que embora apresente elevado contingente de trabalhadores na condição empregados, 25% destes encontram-se em condições de informalidade, situação que configura menor segurança social.

Já no Sul catarinense, pode-se afirmar que na microrregião de Araranguá o mercado de trabalho é menos estruturado, já que dos 62% da PIA que se encontra na condição de empregados 28% não tinham carteira de trabalho assinada em 2010. 28,7% da PIA desta microrregião é formada por trabalhadores por conta própria, o que tem relação com a presença da agricultura familiar.

No Vale do Itajaí também encontramos importantes diferenças internas. Destaque para a microrregião de Ituporanga, onde apenas 46% são empregados e destes cerca de 23% são informais. 42% são trabalhadores por conta própria. Situação muito diferente da observada em Blumenau onde 76% são empregados e destes apenas 9,6% estão em condições de informalidade. Esta situação desigual se processa em todas as mesorregiões catarinenses.

É importante fazer ainda algumas considerações gerais. 1) A maior presença de trabalhadores por conta própria, antes de configurar uma situação negativa no que se refere à condição de ocupação, refere-se a uma característica histórica de forte presença da agricultura familiar nas diferentes regiões do estado, característica que é largamente aceita como estruturadora do desenvolvimento social e econômico de diferentes áreas do estado e da formação de uma paisagem que diferencia o estado, parte do Rio Grande do Sul, parte do Paraná e do Espírito Santo da maior parte do Brasil onde é predominante o latifúndio; 2) A condição de empregado, por si só não indica inexistência de condições precárias ou mesmo degradantes de trabalho. Como observado em diferentes microrregiões, e sobretudo na Serra catarinense, a existência de trabalhadores na condição de empregados sem carteira de trabalho assinada denota a presença de grande contingente populacional em condições de elevada insegurança social, especialmente pelo fato de estes trabalhadores não gozarem de amparo previdenciário e da seguridade social.

3.3 - Diferentes níveis de desenvolvimento

Para identificar aspectos gerais do desenvolvimento catarinense lançamos mão de um índice de desenvolvimento municipal, o IFDM, a partir do qual é possível estabelecer um ranking visando localizar os melhores colocados e os municípios com menor desempenho quanto ao desenvolvimento, este numa perspectiva que considera também variáveis ligadas à saúde e educação, portanto uma medida que vai além das convencionais medidas apoiadas apenas no PNB (Produto Nacional Bruto) ou na renda.

Como é possível verificar no Anexo 4, dos dez municípios com maior índice de desenvolvimento no estado, 6 estão localizados no Vale do Itajaí, sendo 5 da microrregião de Blumenau. Compõe a lista ainda os municípios de Joinville e Guaramirim, no Norte catarinense, Florianópolis e Chapecó. No outro extremo, chama a atenção a forte presença dos municípios da mesorregião Serrana. Dos 10 municípios que apresentaram o pior índice em 2009 em Santa Catarina, 7 são desta mesorregião, sendo 6 da microrregião de Curitiba. Esta lista é completada por dois municípios do Oeste, Lebon Régis e Ipuacú, e por Timbó Grande, do Planalto Norte.

Um aspecto interessante a ser observado ainda, é a contribuição dos diferentes componentes do índice. Elemento comum a todos os municípios de baixo IFDM é o fraco desempenho do subíndice “emprego e renda”. Embora os subíndices “saúde” e “educação” se apresentem menores, é indiscutível o baixo desempenho dos aspectos relacionados à renda. O mercado de trabalho mais consolidado em municípios como Florianópolis, Blumenau e Chapecó, certamente contribui para a melhor qualidade de vida das pessoas.

Se fizermos uma comparação entre as mesorregiões de Santa Catarina, considerando a mediana (número que indica o valor de centro em uma série de dados) deste índice, teremos o oeste, a Grande Florianópolis, o norte e o Vale apresentando no geral uma mediana superior à observada para o conjunto do estado (Anexo 5). As mesorregiões Serrana e Sul apresentaram menor desempenho. Dentro das mesorregiões podem ser percebidas importantes desigualdades.

No oeste catarinense, as microrregiões de Joaçaba e Xanxerê apresentaram, em geral, índices inferiores aos observados nas demais microrregiões. No caso da microrregião de Xanxerê, o subíndice educação é o mais baixo. Na saúde, a pior situação se localiza na microrregião de Joaçaba. Paradoxalmente, é na microrregião de Xanxerê que se localizam os municípios com o melhor e o pior desempenho na saúde observado no oeste, apresentando 0,9811 e 0,7011 respectivamente nos valores deste subíndice.

De modo geral os municípios da mesorregião serrana apresentam desempenho inferior ao mediano observado para o estado, com os municípios de mais baixo IFDM fazendo parte desta mesorregião. Determinante para esta situação é o baixo desempenho do subíndice emprego e renda, como já dissemos, mas o subíndice saúde também tem nesta região os municípios com a pior situação do estado. No caso da educação, o município com pior desempenho se localiza na microrregião de Canoinhas, norte catarinense.

Observando estes índices para a Grande Florianópolis, verifica-se que a microrregião de Florianópolis apresenta índices de desenvolvimento relativamente superiores ao observável nas demais microrregiões; no Norte catarinense, esta situação se apresenta favorável à microrregião de Joinville, com Canoinhas apresentando os índices mais baixos; já no Vale do Itajaí, no IFDM as desigualdades são menores, com as principais desigualdades aparecendo no subíndice emprego e renda, onde os municípios que formam as microrregiões de Blumenau e Itajaí apresentando resultados mais satisfatórios que Rio do Sul e Ituporanga; para o Sul catarinense, é a microrregião de Criciúma que apresenta os melhores índices de desenvolvimento. A Microrregião de Araranguá apresenta menor desempenho, em muito influenciado pelo subíndice saúde, com desempenho menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As especificidades guardadas pelo desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina certamente tem relação com a formação histórica, a forma como se processou a ocupação do território, o contexto social em que o processo de colonização se efetivou, em diferentes momentos da história brasileira e do mundo, mas estas especificidades não significaram processo de desenvolvimento que permitisse ao estado chegar ao século XXI tendo superado desigualdades regionais, desigualdade entre as pessoas, a existência ou permanência de externalidades ambientais em todos os processos produtivos, características do desenvolvimento econômico que se processou também em outras partes do Brasil e do globo.

Claro que por força da forma como se deu a colonização, com as atividades econômicas ligadas a cada passo da ocupação do território – a pecuária e o tropeirismo com formação de latifúndios; a pequena produção mercantil e diversificada, onde se soube promover a manufatura; a exploração da madeira; venda de terras e a necessidade de agregar valor à produção alimentar, para que ela alcançasse o mundo, etc. Além disso, a condição geográfica muitas vezes limitadora de determinadas atividades econômicas, formando paisagens únicas,

imprimiu ao desenvolvimento catarinense características próprias. Mas não um desenvolvimento descolado do resto do mundo capitalista.

O desenvolvimento, que se apresenta de forma desigual nas diferentes regiões catarinenses, assume ou motiva tendências que ou já se faziam presentes desde os primórdios da colonização, como é o caso da manutenção de relativa especialização regional ainda presente no início deste século, caso das atividades ligadas ao setor alimentar bastante significativas no oeste catarinense, a indústria pesada no norte e os serviços em Florianópolis. E a afirmação de tendências que devem motivar a reflexão e a busca de alternativas, caso do intenso processo de crescimento populacional em áreas mais litorâneas, especialmente das mesorregiões da Grande Florianópolis e Vale do Itajaí. Neste sentido, podemos elencar como síntese alguns aspectos que percebemos neste trabalho e que podem ser considerados como conclusões:

1 – Não é possível descolar o processo de desenvolvimento de Santa Catarina de processo mais amplo, do desenvolvimento nacional, assim como não é possível negar especificidades nas diferentes regiões do estado, fruto de combinações entre contexto social, meio físico e forma de articulação com outras regiões do estado e do país;

2 – O estado mantém ainda no início do século XXI uma estrutura produtiva que na sua totalidade é diversificada, com polos regionais especializados.

3 – O mercado de trabalho mais bem estruturado e os melhores índices de desenvolvimento também estão nestas cidades polo, destaque para Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Joinville e Chapecó, dentre poucas outras.

Se entendermos o desenvolvimento como algo mais abrangente que o mero crescimento da produção e da produtividade do trabalho, ou seja, se considerarmos aspectos da qualidade de vida das pessoas, as possibilidades de acesso a bens públicos, à educação, ao mercado (acesso ao mercado de trabalho, no caso de um trabalhador urbano, ou ao mercado consumidor – sem travas – no caso do agricultor familiar, por exemplo), ou o desenvolvimento com respeito ao meio ecológico, a reflexão que se coloca é primeiro se é possível em Santa Catarina promover uma forma de desenvolvimento que fuja ao padrão dominante – hegemônico. Por fim, em sendo possível, como realizar tal empreitada quando tudo parece indicar o privilégio aos aspectos de concentração em poucas áreas, o que parece ser, em muitos casos o objetivo do planejamento estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. UFSC/FCC edições, 1991.
- CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos no litoral catarinense, da invisibilidade à mercantilização da cultura. Ponta Delgada - Açores, **Arquipélago história**, 2ª série, 2009.
- DORIGON, C., et al. As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina. Florianópolis: **Estudos Socioeconômicos, CEPA/EPAGRI, 2011**. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>. Acesso em: 14 de março de 2012.
- EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. v.1 2010 – 2011 Florianópolis: Epagri/Cepa, 2011.
- FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados / Unidade de Política Econômica e Industrial**. - Florianópolis: FIESC, 2012. Disponível em: <http://www.fiesc.com.br/>, acessado em: 03 de setembro de 2012.
- FURTADO, C. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. In.: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v23, n°2, p.977-1007, 2002.
- _____. A Estrada Dona Francisca na formação econômica do planalto norte de Santa Catarina. **Anais do II Congresso Latinoamericano de Historia Económica**. Cidade do México: UNAM/AMHE, 2010.
- IFDM EDIÇÃO 2011 – ANO BASE 2009. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (ifdm)**. Diretoria de Desenvolvimento Econômicos – DDE e Gerência de Estudos Econômicos – GEE da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, 2011.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças do Contestado, 1912-1916**. Campinas, SP: Tese (doutorado), UNICAMP, 2001.
- MATTEI, L. et al. Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI. In: **VI Encontro de Economia Catarinense**, Joinville, 2012.
- MATTEI, L. **A evolução do emprego agrícola no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v.4).
- MIOR, L. C. (2003). **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense**. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **ETC - espaço, tempo e crítica, Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**. ISSN 1981-3732. n° 1(3), vol. 1, 1° de Junho de 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc>.

NIEDERLE, S.; MATTEI, L. Breve panorama da situação socioeconômica de Santa Catarina. In: **Revista NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense** – Ano 1, nº 1, Jan-Abril. Florianópolis: NECAT, 2012.

NORDER, Antonio Cabello. **Políticas de Assentamento e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. Wageningen, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Território e sociedade no início do século XXI**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Campina Grande, **Raízes**, 2005, pp 10-22.

THEIS, Ivo M. et al. O cavalo de troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.33-50, jan./jun. 2011.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 2, abr.-jun. 1949.

WANDERLEY, M. de Nazereth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ANEXOS: Dados estatísticos.

Anexo 1: Distribuição da densidade demográfica e percentual da população por situação de domicílio, segundo a mesorregião., SC 2000 e 2010.

Mesorregião - SC	Área total das unidades territoriais (Km ²)	Densidade demográfica (habitante / Km ²)		% População Urbana		% População Rural	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
Oeste	27.275,30	41	44	62,92	71,67	37,08	28,33
Serrana	22.322,50	18	18	78,31	82,09	21,69	17,91
Grand. Fpolis.	7.350,10	109	135	90,33	92,13	9,67	7,87
Norte	15.936,70	64	76	85,35	87,72	14,65	12,28
Vale do Itajaí	13.108,70	90	115	83,70	87,61	16,30	12,39
Sul	9.710,20	85	95	73,93	81,42	26,07	18,58
SC	95.703,50	56	65	78,75	83,99	21,25	16,01

IBGE/Censo Demográfico (elaboração do autor)

Anexo 1.1: Representação da densidade demográfica por microrregião - SC, em 2010.



Fonte: IBGE/Censo Demográfico (elaboração do autor).

Anexo 2: População residente por condição de domicílio nas mesorregiões. SC, 2000 e 2010.

Mesorregião SC	2000	% / SC	2010	% / SC	Variação % 2000-2010	tx. a.a.
População total						
Oeste Catarinense	1.116.766	21	1.200.712	19	7,5	0,7
Serrana	398.176	7	404.088	6	1,5	0,1
Grande Florianópolis	803.151	15	994.095	16	23,8	2,1
Norte Catarinense	1.026.606	19	1.212.843	19	18,1	1,7
Vale do Itajaí	1.186.215	22	1.508.980	24	27,2	2,4
Sul Catarinense	822.671	15	925.065	15	12,4	1,2
SC	5.356.360	100	6.248.436	100	16,7	1,5
População Urbana						
Oeste Catarinense	702.616	17	860.563	16	22,5	2,0
Serrana	311.806	7	331.707	6	6,4	0,6
Grande Florianópolis	725.509	17	915.864	17	26,2	2,3
Norte Catarinense	876.170	21	1.063.909	20	21,4	1,9
Vale do Itajaí	992.887	24	1.321.993	25	33,1	2,9
Sul Catarinense	608.230	14	753.153	14	23,8	2,1
SC	4.217.931	100	5.247.913	100	24,4	2,2
População Rural						
Oeste Catarinense	414.150	36	340.149	34	-17,9	-2,0
Serrana	86.370	8	72.381	7	-16,2	-1,8
Grande Florianópolis	77.642	7	78.231	8	0,8	0,1
Norte Catarinense	150.436	13	148.934	15	-1,0	-0,1
Vale do Itajaí	193.328	17	186.987	19	-3,3	-0,3
Sul Catarinense	214.441	19	171.912	17	-19,8	-2,2
SC	1.138.429	100	1.000.523	100	-12,1	-1,3

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (elaboração do autor).

Anexo 3: PIA (população em idade ativa) ocupada, por condição de ocupação e categoria de emprego, mesorregiões, microrregiões e total SC para o ano de 2010.

Mesorregião Microrregião - SC	PIA Ocupada Total	Total Empreg.	Empregados							
			% sobre o total PIA ocup.	% com carteira sobre empreg.	% milit. e func. Públ. Estatutários sobre empreg.	% outros sem carteira sobre empreg.	% Conta própria	% Emprega- dores	% Não remun.	% produção para o próprio consumo
Oeste Catarinense	686.493	429.213	62,5	74,1	6,7	19,2	27,1	2,9	3,1	4,3
<i>Chapecó</i>	240.839	149.496	62,1	73,9	7,4	18,6	28,3	2,9	2,8	4,0
<i>Concórdia</i>	87.128	51.763	59,4	73,9	6,1	20,0	29,1	3,0	2,5	5,9
<i>Joaçaba</i>	171.794	122.508	71,3	79,8	5,4	14,8	20,9	3,2	1,7	2,8
<i>São Miguel do Oeste</i>	107.076	55.186	51,5	64,4	8,8	26,9	33,1	3,0	6,8	5,6
<i>Xanxerê</i>	79.657	50.260	63,1	72,1	6,0	21,9	26,7	2,3	3,0	4,9
Serrana	190.499	132.738	69,7	66,2	9,0	24,8	21,8	2,4	1,7	4,4
<i>Curitibanos</i>	55.416	39.757	71,7	65,6	8,5	25,9	19,9	2,6	1,7	4,0
<i>Campos de Lages</i>	135.084	92.981	68,8	66,4	9,3	24,3	22,6	2,3	1,7	4,6
Grande Florianópolis	543.244	402.113	74,0	74,6	10,5	14,9	20,6	3,2	1,1	1,1
<i>Tijucas</i>	50.687	34.298	67,7	77,6	5,8	16,6	24,8	2,7	1,0	3,8
<i>Florianópolis</i>	477.788	361.677	75,7	74,6	11,0	14,4	19,5	3,3	0,9	0,5
<i>Tabuleiro</i>	14.769	6.138	41,6	57,9	10,7	31,5	40,6	1,4	6,3	10,2
Norte Catarinense	642.878	476.238	74,1	81,1	4,5	14,4	19,4	2,8	1,2	2,5
<i>Canoinhas</i>	121.320	70.618	58,2	67,7	7,2	25,1	29,7	2,1	2,2	7,8
<i>Joinville</i>	455.950	355.640	78,0	83,7	3,9	12,4	17,0	3,0	0,9	1,1
<i>São Bento do Sul</i>	65.608	49.980	76,2	81,2	5,0	13,8	17,4	2,9	0,9	2,7
Vale do Itajaí	855.816	613.486	71,7	81,9	4,4	13,6	21,9	3,5	1,0	1,9
<i>Blumenau</i>	400.409	306.977	76,7	87,5	2,9	9,6	17,8	3,4	0,7	1,3
<i>Itajaí</i>	299.520	213.304	71,2	76,5	5,4	18,0	23,5	3,9	0,8	0,6
<i>Ituporanga</i>	34.232	15.878	46,4	68,0	9,3	22,7	41,8	2,5	2,6	6,6
<i>Rio do Sul</i>	121.655	77.328	63,6	77,7	6,6	15,8	25,9	3,3	1,7	5,5
Sul Catarinense	489.902	341.270	69,7	75,6	4,4	20,0	22,6	3,4	1,6	2,8
<i>Araranguá</i>	98.538	61.248	62,2	66,0	6,3	27,7	28,7	2,7	2,5	4,0
<i>Criciúma</i>	196.728	147.241	74,8	79,5	3,2	17,3	18,2	3,6	1,1	2,3
<i>Tubarão</i>	194.636	132.781	68,2	75,7	4,9	19,4	23,9	3,5	1,6	2,8
Santa Catarina	3.408.833	2.395.058	70,3	77,4	6,1	16,5	22,4	3,1	1,6	2,6

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (elaboração do autor).

Anexo 4: Ranking do IFDM, dez primeiros e últimos colocados. SC - ano 2009.

Nacional	Estadual	Primeiros e últimos dez: Ranking IFMD SANTA CATARINA	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
39°	1°	Blumenau	0,8700	0,8462	0,8832	0,8805
42°	2°	Florianópolis	0,8679	0,8959	0,8284	0,8793
56°	3°	Brusque	0,8561	0,8015	0,8620	0,9049
70°	4°	Pomerode	0,8492	0,7344	0,8856	0,9274
87°	5°	Joinville	0,8406	0,8204	0,8391	0,8624
92°	6°	Chapecó	0,8393	0,7391	0,8679	0,9108
104°	7°	Timbó	0,8366	0,7082	0,9121	0,8895
109°	8°	Indaial	0,8357	0,8486	0,8418	0,8167
118°	9°	Guaramirim	0,8338	0,8408	0,8274	0,8330
120°	10°	Balneário Camboriú	0,8327	0,7542	0,8041	0,9397
3628°	284°	Ipuçu	0,5936	0,4097	0,6701	0,7011
3674°	285°	Painel	0,5913	0,3293	0,7719	0,6726
3764°	286°	Santa Cecília	0,5861	0,3503	0,7125	0,6955
3926°	287°	Monte Carlo	0,5772	0,3511	0,7545	0,6261
4111°	288°	Lebon Régis	0,5681	0,2793	0,6626	0,7625
4179°	289°	Brunópolis	0,5645	0,3350	0,7123	0,6462
4248°	290°	Frei Rogério	0,5603	0,2703	0,7484	0,6623
4524°	291°	São Cristovão do Sul	0,5421	0,3518	0,6562	0,6182
4703°	292°	Timbó Grande	0,5319	0,2773	0,5837	0,7347
4910°	293°	Ponte Alta do Norte	0,5171	0,1574	0,6904	0,7035

FIRJAN/IFDM (tabela elaborada pelo autor)

Anexo 5: Mediana, máximo e mínimo observados nas meso e microrregiões. SC, ano 2009.

Mesorregião Microrregião	Mediana na escala territorial				Máximo observado				Mínimo observado			
	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Oeste	0,7062	0,4486	0,8048	0,8793	0,8393	0,7500	0,9457	0,9811	0,5681	0,2793	0,6626	0,7011
Chapecó	0,7256	0,4620	0,8022	0,9046	0,8393	0,7500	0,9457	0,9748	0,6233	0,3155	0,6654	0,7184
Concórdia	0,7414	0,4828	0,8396	0,9007	0,7783	0,5426	0,8890	0,9735	0,6647	0,3105	0,7168	0,7851
Joaçaba	0,6886	0,4479	0,8023	0,8193	0,7720	0,5718	0,8968	0,9197	0,5681	0,2793	0,6626	0,7381
S. Mig. do Oeste	0,7108	0,4304	0,8150	0,8850	0,7690	0,5491	0,9107	0,9711	0,6410	0,3436	0,7309	0,7211
Xanxerê	0,6742	0,4162	0,7731	0,8338	0,7326	0,5468	0,8399	0,9811	0,5936	0,3217	0,6701	0,7011
Serrana	0,6180	0,3795	0,7546	0,7736	0,7212	0,5354	0,8165	0,9109	0,5171	0,1574	0,6562	0,6182
Cpos. de Lages	0,6480	0,3960	0,7564	0,7890	0,6952	0,5139	0,8085	0,9109	0,5913	0,3129	0,6646	0,6403
Curitibanos	0,5912	0,3507	0,7514	0,6995	0,7212	0,5354	0,8165	0,9011	0,5171	0,1574	0,6562	0,6182
Grand. Fpolis.	0,7174	0,5030	0,8038	0,8233	0,8679	0,8959	0,8770	0,9311	0,6250	0,3657	0,6329	0,6666
Tijucas	0,6943	0,5298	0,8043	0,7867	0,7851	0,7055	0,8270	0,8648	0,6250	0,3657	0,7708	0,6666
Florianópolis	0,7533	0,6152	0,7584	0,8428	0,8679	0,8959	0,8770	0,9144	0,6508	0,4024	0,6329	0,8088
Tabuleiro	0,7188	0,4333	0,8114	0,8471	0,7273	0,5030	0,8736	0,9311	0,6303	0,3932	0,6858	0,8017
Norte	0,7045	0,4888	0,7796	0,8285	0,8406	0,8408	0,8814	0,9170	0,5319	0,2773	0,5837	0,6569
Canoinhas	0,6654	0,4353	0,7576	0,7950	0,7175	0,5507	0,8049	0,8936	0,5319	0,2773	0,5837	0,6569
Joinville	0,7583	0,6020	0,8200	0,8386	0,8406	0,8408	0,8814	0,8954	0,6978	0,5031	0,7147	0,7685
S. Bento do Sul	0,6663	0,3959	0,7740	0,8782	0,7388	0,4377	0,8615	0,9170	0,6609	0,3307	0,7740	0,8290
Vale do Itajaí	0,7235	0,4985	0,8281	0,8683	0,8700	0,8589	0,9212	0,9416	0,6103	0,3147	0,7034	0,6744
Blumenau	0,7663	0,6166	0,8355	0,8694	0,8700	0,8486	0,9121	0,9274	0,6214	0,3377	0,7488	0,7480
Itajaí	0,7404	0,5719	0,7976	0,8786	0,8327	0,8589	0,8919	0,9397	0,7016	0,4399	0,7034	0,7646
Ituporanga	0,7195	0,4374	0,8287	0,8327	0,7380	0,5525	0,8482	0,8972	0,6331	0,3147	0,7539	0,7825
Rio do Sul	0,7107	0,4634	0,8294	0,8654	0,7890	0,5862	0,9212	0,9416	0,6103	0,3468	0,7376	0,6744
Sul	0,6941	0,4741	0,8156	0,8082	0,8255	0,7355	0,8693	0,9643	0,6028	0,2490	0,7212	0,6866
Ararangua	0,6923	0,4748	0,8055	0,7786	0,7480	0,5996	0,8615	0,9643	0,6028	0,2557	0,7397	0,6866
Criciúma	0,6977	0,5162	0,8122	0,7852	0,7760	0,7221	0,8250	0,8540	0,6602	0,3201	0,7708	0,7555
Tubarão	0,6936	0,4301	0,8243	0,8586	0,8255	0,7355	0,8693	0,9307	0,6197	0,2490	0,7212	0,7095
SC	0,7015	0,4593	0,8038	0,8478	0,8700	0,8959	0,9457	0,9811	0,5171	0,1574	0,5837	0,6182

FIRJAN/IFDM (tabela elaborada pelo autor)